

Gabinete do Senador Abdias Nascimento

Thoth

nº 4 janeiro/abril 1998

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Thoth, Brasília, nº 4, p. 1 - 239, jan/abr 1998

As exclusões da globalização: pobres e negros

Milton Santos

Como parte das celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra e da imortalidade de Zumbi dos Palmares, o Centro Cultural José Bonifácio, situado na cidade do Rio de Janeiro, promoveu nos dias 17 e 18 de novembro passado a Kilunge – Primeira Feira do Livro Afro-Brasileiro. Além do lançamento de vários títulos de autores afrodescendentes, ou sobre a questão negra, o evento teve ainda a participação da poetisa Elisa Lucinda, que apresentou seu espetáculo “O semelhante”.

A outra atividade do evento foi uma conferência proferida pelo professor Milton Santos, ocasião em que este abordou temas contemporâneos de fundamental importância no processo de organização e avanço da comunidade afro-brasileira. A revista Thoth esteve presente ao aconteci-

mento e reproduz na íntegra a conferência do professor Milton Santos.

Eu estou muito envaidecido por este convite e pela gentileza do diretor do Centro Cultural José Bonifácio. Primeiro pelo prazer de poder conhecer esta casa, que é um exemplo de algo que nós temos que preservar, e depois pelo prazer de falar aqui. Quando o Hilton Cobra me chamou, eu perguntei: “Mas o que é que eu posso dizer?” Porque eu não sou propriamente um especialista na questão negra, não tenho estudos sistemáticos sobre o problema da negritude no Brasil ou em qualquer outro lugar. Então, eu lhe disse: “Não estará sendo um equívoco seu convidar-me a vir falar no seu Centro?” E ele, com a gentileza que lhe é conhecida, insistiu e me convenceu. Então, o que eu vou trazer é mais um depoimento de um negro, que viveu sempre cada vez mais sabendo o que é ser um negro e com uma proposta dissimulada, tímida, de enxergar essa problemática.

Queria dizer, em primeiro lugar, que me considero um intelectual *outsider*, coisa que é rara no Brasil. Não pertenço a nenhum partido, não pertenço a nenhum grupo, inclusive grupo de intelectuais, não respondo a nenhum credo, não participo de nenhuma militância. Queria começar com algumas perguntas: “O que é ser cidadão? O que é ser um indivíduo completo? Ser classe média é ser cidadão? O que é ser cidadão no Brasil?” E finalmente: “Negros são cidadãos?”.

O que é ser cidadão? A cidadania é uma conquista lenta, dura. A cida-

nia é esse conceito produzido na Europa, aperfeiçoado durante séculos e que redundou na produção da democracia e no estabelecimento de cada indivíduo como uma espécie de opositor natural e eficaz do Estado – o cidadão –, dotado pelas leis de um conjunto de direitos inalienáveis. Perdão: a democracia nunca se realizou completamente. O que tivemos até o fim da guerra até 30 anos atrás, foi uma quase democracia, dentro da qual viviam quase cidadãos.

Essa ideia de cidadania surge, curiosamente, ao mesmo tempo em que se gesta na Europa o progresso técnico, facilitando a expansão do capitalismo. Assim, o progresso técnico aparece como uma possibilidade de ameaça à realização completa do indivíduo, ameaça essa que não se cumpre porque, ao mesmo tempo, surgem ideias filosóficas que as transformaram depois em ideias e ações políticas, de um lado e do outro do Atlântico: é a revolução nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França.

Países como o nosso, o Brasil, jamais conheceram a figura do cidadão. O que aqui se chama por esse nome é um arremedo de cidadão. Eu gosto de insistir no fato de que no Brasil as classes médias recentemente expandidas jamais fizeram cidadãos. As classes médias sempre desejaram reter privilégios – e o privilégio é inimigo da cidadania –, enquanto os pobres e todas as minorias jamais tiveram direitos. De tal forma que a expansão da classe média no Brasil acabou por ser uma condição para que a cidadania não se estabelecesse. Sobretudo porque essa expansão da



Professor Milton Santos proferindo palestra no Centro Cultural José Bonifácio sobre As Exclusões da Globalização: Pobres e Negros, em 18 de novembro de 1997

classe média vem paralela à explosão do consumo e à substituição da ideia de cidadão pela ideia de consumidor. Nós podemos ver hoje a alegria, o contentamento com que até pessoas aparentemente esclarecidas, louvam o Código do Consumidor. O Código do Consumidor é uma conquista, mas é uma conquista que substitui a noção de cidadania. Ora, o consumo é um emoliente, é algo que amolece as pessoas, que as aprisiona na era antiga das coisas, que as convoca para o gosto pelos objetos, e que glorifica, não propriamente os princípios, mas os resultados.

O que eu quero dizer com isso é que uma história como a brasileira se desenvolve a partir da não existência da cidadania. Quando era possível que essa ideia de cidadania se afirmasse, o que houve foi o contrário, ou seja, a afirmação da ideia de consumo e da vontade de ser consumidor, que é excepcionalmente grande no Brasil. Nos países desenvolvidos as pessoas consomem, a partir, sobretudo, dos anos cinquenta, nos Estados Unidos um pouco antes, mas defendem a posição do cidadão, ao mesmo tempo em que se defendem contra essa invasão do consumo. Eles seriam consumidores menos que perfeitos, porque na busca da defesa contra o consumo, enquanto nós somos consumidores mais que perfeitos, porque não nos defendemos do consumo. E o consumo é, no mundo de hoje, o grande fundamentalismo, certamente o maior deles, pois todos somos reverentes e obedientes ao consumo, muito mais que às religiões. Ele também traz consigo a dificuldade

em relação à libertação do espírito e à ampliação da consciência.

É dessa maneira que dificilmente se criam, em países assim, indivíduos completos, indivíduos fortes. O que é o indivíduo forte? Indivíduo forte é aquele fortalecido dentro de si mesmo, a partir da compreensão do que é o todo e do que é cada um diante do mundo, da ciência de que o mundo é movimento, é devir, é futuro. O indivíduo dentro do mundo deve participar ativamente da produção desse futuro, apontando o destino. Ora, esse indivíduo forte é contrariado na sua produção, pelo fato de mais forte ser a produção do consumidor.

A ausência dessa multiplicação de indivíduos fortes oficialmente seria um dado do trabalho intelectual, pois o indivíduo forte é obrigatoriamente crítico – crítico dele mesmo, crítico do entorno, crítico da história que se está fazendo. Esse indivíduo completo, esse indivíduo forte, tem a condição de produzir a democracia, pois a democracia é a crítica permanente. Mas há uma diferença entre um indivíduo forte e um cidadão. É que eu posso ser um indivíduo forte, como muitos que estão aqui, certamente o foram durante o regime autoritário indivíduos fortes, mas não cidadãos, pois a cidadania necessita de formas jurídicas de leis, de uma constituição que assegure ao indivíduo forte a expansão da sua fortaleza, da sua completude, e que assegure que a sociedade seja feita de indivíduos dotados de direitos que lhes permitam ser ainda mais fortes.

Há uma diferença, pois, entre ser um indivíduo forte e ser um cidadão. Ser um indivíduo forte é uma produção cotidianamente repetida, mas também modificada, pois a história e a vida de cada um de nós se processam num mundo em mudança. Por conseguinte, em seu exercício crítico, esse indivíduo tem de estar cotidianamente atento ao que o mundo é, para poder localizar a frente desse mundo tal como ele é. Eu também tenho de mudar como indivíduo completo, indivíduo forte. E é dessa maneira que as sociedades evoluem e melhoram.

Ora, dentro dessas condições, ser classe média não significa ser cidadão – no caso brasileiro, menos ainda. Creio que uma das razões do atraso político brasileiro, das dificuldades em matéria de partidos políticos e de termos programas políticos coerentes, de produzirmos um projeto nacional, vem também da história do Brasil. Da história do Brasil do consumidor e seu triunfo – enquanto a cidadania era derrotada, o consumo tornava-se vitorioso –, e do fato de que os regimes políticos brasileiros, depois que se quis instalar a democracia, foram regimes comandados pelas classes médias. A tal ponto que a discussão sobre a pobreza no Brasil é uma discussão residual. Os pobres aparecem, inclusive, numa enorme parcela do discurso da esquerda, como um enfeite, como um adereço, como algo decorativo. Não há uma autêntica preocupação central com os pobres, com os oprimidos, com as minorias.

E quem sabe isso tem a ver com o nível da intelectualidade brasileira.

Porque ser intelectual é, em primeiro lugar, preocupar-se com os que estão embaixo. É evidente que ser intelectual significa também uma vontade de ver as coisas como uma totalidade, um conjunto, de tal maneira que tanto o “Bagdá” dos poderosos como o “Bagdá” dos pobres não era da época do intelectual. O intelectual vem da época de se entender a sociedade como um todo, e a partir daí ele toma partido pelos pobres. Mas a defesa dos pobres não pode antecipar o entendimento da sociedade como um todo, porque de outra maneira esse pensamento não seria eficaz. Do ponto de vista político, demarca o rompimento geral da sociedade. Minha crítica é baseada no conhecimento do movimento da sociedade como um todo.

Para o Brasil, repito, não há cidadãos, já que aqueles que o poderiam ser, pela sua instrução, não o querem ser. Deve haver na sala algumas pessoas da classe média que certamente não se comportam assim, mas que viram o comportamento dos parentes, e também da classe média como um todo, que aceitam a ideia de se apresentar a uma repartição pública, ou qualquer que seja o lugar da postulação, com uma carta ou um telefonema de apresentação. Quem vai a um hospital, a um posto de saúde, sem antes dizer ao diretor, ao médico, ao funcionário: “Olha o carimbo aí, fulano é meu primo”. Um dos maiores problemas dos negros no Brasil é que os primos dos negros não têm um telefonema útil.

De maneira que os negros ficam lá embaixo, não apenas nesta sociedade como ela se constitui, mas na sociedade como ela pode constituir-se. A partir dessa ideia central, eu quero fazer algumas considerações. Poderia começar com uma listagem de situações da cidadania mutilada dos negros: das oportunidades de emprego, da menor remuneração, do próprio desemprego, das mesmas oportunidades de promoção social, econômica, profissional. Os negros também deslocalizados, colocados em posição inferior na tipologia dos lugares, os negros também diferenciados para baixo na circulação dentro do País e dentro da cidade, não só em função do preço da circulação, mas nas oportunidades de cada localização. Porque a minha localização no País ou na cidade tem a ver com o preço do deslocamento, e os negros, vivendo em lugares criminalizados, têm dificuldades em ascender a lugares que para eles se tornam proibidos.

É curioso ouvir ainda hoje que a educação é uma saída para os negros e para os pobres, quando sabemos que a educação, em sua base mesma, é desigualitária, o sistema educacional é desigualitário. Então, eles nos dizem assim: “Vamos estudar, vamos melhorar”, e apontam: “Olha o Dr. Fulano, ele estudou e melhorou”. Nada disso! Se o Dr. Fulano estudou, ou melhorou, será produto do acaso, ou de uma condição social que lhe permitiu fazê-lo, mas não pelo processo educacional. A questão não está aí. E a saúde? É uma vergonha no Brasil. Uma medicina elitizada, que

tem desprezo pelos homens e que, no caso dos negros, os trata como coisas.

Mas isso já está dito e redito, não sei por que continua sendo um elemento do discurso dos negros. O que eu quero dizer é que esse discurso já não é eficaz. Há que se inventar outros discursos mais imaginativos, mais próximos da história contemporânea, com maior eficácia, com mais força, porque pedir a uma sociedade insensibilizada há séculos – e que se toma cada vez mais insensível com a expansão da ideia de consumo – que seja sensível a uma camada da população considerada naturalmente inferior. Creio que isso é uma perda de tempo, um caminho político equivocado.

Haveria que lembrar, talvez, outras coisas do mundo de hoje, como esses novos direitos que se criam a partir da era da informação, como o direito da imagem e o direito do livre exercício da individualidade. Creio que esse também é um problema, naquilo que muitos veem falta de estima, o que há realmente é a inexistência do direito ao livre exercício da individualidade. Os artistas descobriram isso antes dos formuladores das universidades. Aliás, a universidade é cada vez menos capaz de produzir um pensamento, incompetente para cuidar, seja das minoridades, seja dos pobres. A universidade é cada vez mais repetitiva e pobre. Ela teria de buscar na movimentação espontânea dos de baixo a inspiração para renovar o seu trabalho.

Também não vou dar números, pois estou convencido de que isso vale muito pouco. Assim, eu trouxe séries.

As séries são muito frequentes nas teses de mestrado e doutorado. Não valem para nada, se eu não for capaz de dar valor histórico a cada coluna, e cada coluna se insere uma realidade histórica diferente. Mas eu uso tranquilamente a série nos meus trabalhos – todos nós usamos. É assim que nos promovemos, é assim que conseguimos empregos nas universidades, é assim que nos tomamos conhecidos e, às vezes, famosos. Mas que é que eu posso fazer com uma série de estatísticas, inclusive sobre a questão negra no Brasil, se eu não for capaz de interferir na história concreta, não dos negros separadamente, mas da sociedade brasileira? Não é hora de nos gastarmos extenuadamente no conhecimento exclusivo da condição do negro. A hora é de levar em conta a sua presença frente às outras presenças dentro de um País que se chama Brasil.

Racismo, preconceito, discriminação. Objeto de 40 mil colóquios. Ora, se vou me preocupar com essa discussão gramatical entre o que é preconceito, discriminação ou racismo, e as suas diferenças. Rios de tinta correram e a universidade sorriu contente ao ler essa literatura. O que posso fazer com isso? O que estou querendo é que a gente mude, a começar pela minha casa, que é a universidade, de atitude diante desse problema central do Brasil. O que eu vou propor agora, e que vai ser o centro do que vou dizer depois, é que o que está em questão é a “socialidade”. Isto é: como as pessoas vivem juntas em sociedade, as formas de viverem juntas, a sociabilidade para correr junto dessa

“socialidade”, que também é demarcada pelo território, pelo espaço.

Quando chegamos nessa área, não apenas nos defrontamos com casas que têm uma cara parecida, mas nos indagamos sobre que sociabilidade e que “socialidade” existem nessas casas junto com os homens. Então, eu proporia três dados de base para estudar a nossa questão. Eu disse que não sou especialista, não sou antropólogo, não tenho formação adequada para propor. E o que estou trazendo é fruto da minha experiência, que é também a experiência dos outros, porque ninguém vive isoladamente. Haveria três dados de base que permitem trabalhar a nossa questão. Um dado de base é o que estou chamando de “corporidade”, outro é o que estou chamando de individualidade e o terceiro é o que chamamos de cidadania. O que exatamente buscamos definir na introdução dessas palavras? A “corporidade” é feita de dados objetivos, a individualidade, de dados subjetivos, a cidadania, de dados políticos.

Desculpem evocar o meu caso pessoal. Tenho instrução superior e posso apresentar um documento, imagino que sou uma individualidade forte, mas tenho certeza de que neste País não sou um cidadão completo. Eu não posso ser cidadão se não sou tratado como cidadão, e não sendo tratado como cidadão raramente serei tratado como uma individualidade forte.

Essa categoria de formação social foi proposta de forma incompleta por Marx, aperfeiçoada por Lenin, adormecida pelo Partido Comunista da

União Soviética e renascida a partir dos estudos de marxistas italianos e franceses e de alguns latino-americanos, notadamente do norte da América do Sul. Porque naquele tempo, quando o marxismo era uma doutrina em voga, o México não estava tão potente – e o México fica na América do Norte. E era no México e na Venezuela que havia esses estudiosos. A formação econômico-social é uma categoria que estuda a maneira como cada país se forma a partir do seu território, da sua histórica econômica, social, cultural – mas sem esquecer as relações internacionais, estudadas em conjunto e tendo a referência do tempo, isto é, o mundo. O mundo datado, não o mundo tomado cegamente. Um mundo datado porque o mundo é que é a razão do que se faz em cada lugar e em cada época.

Ainda assim, fomos prejudicados na análise da realidade brasileira, porque o marxismo brasileiro é um marxismo do modo de produção e não da formação social. O modo de produção é uma realidade histórica, mas não é uma realidade geográfica. A realidade geográfica é a formação econômica e social. As teorias que na América Latina e no Brasil tentaram explicar a realidade latino-americana e brasileira, como a famosa teoria da dependência, para citar apenas esta, são teorias do modo de produção e não da formação social. De modo que a análise deveria ser feita em três tempos: o passado, como herança; o presente, como a situação e o futuro, como perspectiva.

A herança nos traz, num País como o Brasil, um modelo cívico subalterno ao modelo econômico. Sempre foi assim. Em todos os tempos, o modelo econômico subordina O modelo cívico, basta ver agora as crises da economia brasileira e a palavra de ordem, dita de cima, segundo a qual quem não está de acordo está contra o Brasil, e a frase, dita até nas oposições, segundo a qual temos que ajudar o modelo. Isso está ligado a esse peso do modelo econômico em oposição ao modelo cívico. Creio que a história dos negros teria muito a lucrar se fosse reescrita a partir de uma visão que propusesse uma nova escrita com base na questão do modelo cívico.

A subalternidade do modelo cívico atrofiou, por exemplo, o debate da previdência no Brasil, assim como atrofia o debate da questão da função pública. Esse debate se empobreceu no Brasil porque se pede aos velhos que cuidem de si próprios, e a sociedade aceita essa demanda hedionda, facilitando a instalação entre nós do projeto segundo o qual os brasileiros assistirão tranquilamente ao genocídio da população – porque é isso que se está preparando. O abandono programado dos velhos, o abandono programado dos pobres, o abandono programado dos negros são três genocídios que estão inscritos no processo político atual e para o qual as vozes dos partidos de oposição são praticamente nulas, porque aceitam o debate nos termos em que está colocado.

É por isso que se torna pobre a discussão, a respeito dos pobres, das minoridades, dos negros. Eu já não falo das mulheres, porque as mulheres fazem a sua luta de dentro da classe social dominante. Não é o caso dos negros. Não aceito essa comparação entre as duas coisas. As mulheres tiveram enormes progressos, todos merecidos. Mas a luta que fazem é de dentro da classe dominante. Os negros sequer têm os meios de fazer a sua luta, e a fazem fora da classe dominante. Depois a imprensa e certo tipo de intelectual vêm nos falar de minorias. Não existe isso. Há diferentes minorias que devem ser estudadas à luz da história.

Tudo isso se agrava hoje com a democracia de mercado. Esta traz a ameaça de que todas essas diferenças se ampliem. Por conseguinte, os negros não têm de esperar uma possível volta ao crescimento no Brasil. Se o Brasil voltar a crescer, os negros estarão numa posição ainda pior: de um lado, porque não têm o famoso telefone, e esse é um dado central na sociedade brasileira; pior ainda, porque não têm acesso às fontes de educação que preparam para o mundo que se está instalando; e pior, sobretudo, porque o mundo que se está instalando não se preocupa com a difusão do bem-estar da sociedade como um todo, mas prefere concentrá-lo em certas partes da sociedade e convidar as demais a aceitar o peso da propaganda.

Falarei agora de outro elemento que é central na sociedade brasileira, que, aliás, é um fato comum no mundo inteiro, mas que no Brasil, pelas razões

que mencionei, adquire enorme importância. Falo da morte da política. Hoje em dia, não são os governos que fazem política, ela é feita pelas grandes empresas. Estas decidem sobre os orçamentos públicos, como são escritos e como são utilizados. Em todos os níveis: no nível da federação, no nível dos estados e no nível dos municípios. Basta ver essa batalha entre os municípios para atrair empresas de grande porte e que vem desorganizar a vida em cada um deles. Desorganizar em todos os sentidos. Primeiro, porque elas chegam exigindo concessões para se instalar e, quando se instalam, mudam a natureza da “socialidade”, a partir de uma equação de emprego que lhes é peculiar, mas que esmaga as outras equações de emprego que têm base na cultura local, no território local, na história local. Buscam uma ordem indispensável à sua prosperidade e introduzem um fermento de desordem em tudo mais. É por isso que o Brasil se tornou um país ingovernável. É por isso que as nossas cidades não são mais governadas. Essa ingovernabilidade veio exatamente do fato de a política não ser mais um dado dos políticos, nem do Estado, mas é um dado das grandes empresas.

Felizmente, há outro lugar onde também se faz política no Brasil. Não é em nosso lugar da classe média que se faz política, pois estamos buscando todos os dias um pouco mais para o nosso conforto, esquecidos ainda que retoricamente digamos o contrário – de preocupações coletivas. A política é feita pelos pobres. Os pobres fazem política todos os dias, e essa é a grande sorte do Brasil,

que será ampliada quando os intelectuais descobrirem que devem preocupar-se com os pobres deste País.

Essa morte da política se mostra claramente pelo fato de as eleições não serem um exercício democrático, mas um lugar do consumo eleitoral. De tal maneira que os candidatos que têm dinheiro para fazer o fazem. É o *marketing*, mas não projeto. De modo que a pólis aparece como mercado e a ágora é desprovida de projeto. Isso é um fenômeno geral no mundo inteiro, mas agudizado em países como o Brasil. Isso é agravado pelo fato de a geopolítica ter deixado de ser um dado dos generais e de diplomatas, passando a ser confiada a economistas e publicitários. É dessa maneira que se fragiliza o indivíduo nessa atmosfera mercantil. E a recessão, que aparece como um remédio indicado para a solução das crises, é por natureza um lugar de gravação das desigualdades, em que os mais fracos são colocados em posição ainda mais frágil.

Eu ando pensando que, no mundo atual, o progresso na produção da consciência vai se dar mediante a ampliação das organizações, mas também a partir das manifestações desorganizadas. Essas organizações, de uma forma ou de outra, são limitantes de qualquer movimento. As organizações são, por definição, um freio às inovações, pois a organização começa por eleger seus líderes, cujo comportamento um dia ou outro se distingue do comportamento dos liderados. De tal maneira que eu imagino – e esta é uma proposta de conversa com os

negros do Brasil – se não haveria razão para, ao mesmo tempo, estimular as organizações, pois é indispensável fazer isso, mas também classificá-las, porque o comportamento das organizações está muito ligado à maneira como elas são. E por outro lado ver como os negros, ademais dos movimentos negros, que não são a mesma coisa, se movem, ou gostariam de mover-se. Evidente que as respostas serão diferentes em cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, mas creio que isso é importante.

Quero lembrar também que uma boa parcela das organizações negras no Brasil é atrelada ao aparelho de Estado, o que é uma dificuldade no seu manejo, enquanto outras são atreladas a instituições que têm uma visão global do mundo. Eu me refiro de forma clara, não vou esconder, a todas as organizações que são subsidiadas pela Fundação Ford e que têm unidade de movimento. Estou fazendo uma análise e não vou me referir particularmente a nenhuma delas, sobretudo porque não as conheço bem.

Quero referir-me também a um certo pendor de uma certa liderança a buscar as formas de sua inclusão como indivíduo nas classes médias, isto é, sua inclusão numa parcela da sociedade que, por definição, não está preocupada com a produção da sua própria consciência e que, por conseguinte, manifesta uma diversão em relação aos objetivos centrais. Estou dizendo isso para insistir sobre a necessidade de incorporar ao nosso trabalho intelectual, que é o úni-

co que eu posso fazer – e gostaria que esse trabalho fosse feito por mais gente ainda –, o entendimento do que é o Brasil e do que é o negro no Brasil. Não acredito que as comparações, agora tão fortemente estimuladas, em relação a outros países antinegros, tenham o valor que lhes é atribuído. Que lição tenho eu da África do Sul? Que lição tenho eu dos Estados Unidos? Sem dúvida me inquieto do ponto de vista histórico, e me enriqueceria se o resultado dessa análise pudesse ser orientado na condução da política. Mas a política só pode ser feita a partir da realidade brasileira, porque somos, antes de tudo, brasileiros. A África é uma referência, mas não somos africanos. A América do Norte é uma referência, mas não vamos repetir a sua história. A história na qual nos incluímos e que vamos refazer, é a história do Brasil.

Creio que o convite a fazermos de maneira diferente é um convite diversionista, isto é, reduz os itens do conhecimento da problemática e produz mais alguns autores, aos quais são pagas viagens para comparecer a esses famosos congressos internacionais tão caros, quanto inúteis. É a razão pela qual não aceitei estar aqui nesse encontro que reuniu tantos dos nossos camaradas, e antes havia me recusado a participar como membro importante do comitê dessa organização que há um ano se criou nos Estados Unidos, reunindo figuras eminentes do Brasil, da África do Sul, dos Estados Unidos, para produzir mais um livro. [Referência ao Seminário Superando o Racismo – Brasil, África do Sul e Estados Uni-

dos no Século XXI, realizado no Rio de Janeiro de 2 a 4 de setembro de 1997. (N.E.)]

Trata-se de um processo de água de flor que conhecemos dentro do País e que agora se completa fora dele. Eu entendo que as pessoas aceitem participar dessas coisas, porque lhes aparece uma oportunidade de contribuir, de conhecer melhor a problemática global, mas não se deve ter nenhuma ilusão. Quando me convidaram para fazer parte disso, eu lhes disse: “Ora, eu conheço como funcionam hoje e as relações internacionais. Eu sei perfeitamente como é que se organizam coisas no nível internacional, sobretudo no período pós-moderno, em que convidam para falar o sujeito que pensa diferente. Ele vem e fala. Mas os que estão ali são a grande maioria que quer outra coisa, mas que assim mesmo bate palmas, porque faz parte da pós-modernidade, enquanto os recursos vão para as organizações que reproduzem o que a inteligência central decide”. Então eu lhes disse: “Vocês me dariam meios para eu poder conversar com os movimentos negros? Teria eu alguma participação na organização da reunião que vai se fazer no Brasil em setembro?” “Isso não! Queremos você calado. No máximo, publicamos um artigo seu...” Não preciso mais disso. Mas esse é um problema dessa chamada globalização da luta negra brasileira. Há uma globalização da luta negra, sim, mas a nossa questão central é a questão política, e tudo que fizemos tem que ser feito na direção da política, porque aí estão as soluções. O indivíduo forte, dotado de consciência para ser cidadão, necessita

da política. Ele é forte dentro de si, mas ser forte em face da sociedade se faz por meio da política, da produção de leis que garantem a sua força.

Pois bem, eu vou parar aqui. Agradeço a Milton Cobra ter me convidado, faz muito tempo que eu queria ter essa conversa. Sei que ela desagradou a todo mundo, numa coisa ou em outra, mas não tem a menor importância, esse é o meu papel. O intelectual não é um artista de *vaudeville*, não vim aqui para mostrar as minhas pernas, mas para mostrar as minhas ideias e defendê-las. Mas tampouco quero estar certo. Não estou certo de estar certo, mas tenho o dever de exprimir aquilo em que acredito, custe o que custar. Esta é uma oportunidade que eu desejava há muito tempo, essa é a minha forma de engajamento. Estou aqui hoje, e estarei outras vezes para discutir questões como esta. Muito obrigado.

OPINIÕES DO PROFESSOR MILTON SANTOS

Sobre a contribuição da classe média para a democracia:

Nas condições atuais, creio que o atraso na construção da democracia se deve ao fato da construção dessa classe média urbana. Ao mesmo tempo em que tínhamos a expansão do consumo, a expansão do crédito, tínhamos o regime autoritário que não acabou, pois estamos vivendo ainda numa situação auto-

ritária. Eu creio que a classe média tem tido um papel negativo, por enquanto, na construção da democracia, mas não na construção da democracia de mercado, nessa ela teve um papel central. Refiro-me à democracia vista de outra forma.

Sobre os negros aceitarem a cristalização da condição de inferior:

Eu não estou certo de que os negros aceitam essa condição. É um equívoco! Não aceitam! Eles sabem das dificuldades de exprimir a sua incomformidade. Acho que é preciso mudar o discurso. O discurso da lamúria eu não aguento mais, é insuportável. Outra coisa: o papel do discurso na produção da história é extraordinário. A história nos últimos seis séculos se fez em torno do discurso, e agora ela se faz em torno desse discurso único, o discurso do mercado. Então, eu jamais vou dizer que os negros aceitam... É aquela velha história, os outros trabalham e o negro é preguiçoso, indolente.

Sobre o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra:

Não sei por que vocês tiveram tanta esperança nesse GTI. O que eu vou dizer não tem nada de pessoal, por favor.

Na primeira grande manifestação pública desse grupo – formado por pessoas agradáveis, que a gente gosta de tomar café com elas –, o Presidente da República vem tranquilamente e diz, num discurso que não preparou (e um homem de Estado que vem falar de uma coletividade sem preparar o discurso não tem respeito por essa coletividade): “Virem-se. Espero que vocês tenham imaginação”. Ora, o presidente foi lá dizer “não contem comigo, contem com

vocês mesmos”. E a prova está aí, faz dois anos. (...) Então, creio que falta seriedade, falta respeito à comunidade negra. Agora, eu não entendo por que vocês vão a essa reunião. Francamente, não entendo! Estou seguro de que os líderes e intelectuais dos Estados Unidos não iriam.

- *Palestra do professor Milton Santos proferida no Centro Cultural José Bonifácio, em novembro de 1997.*